

## Análise das publicações acadêmicas sobre a Educação Física no currículo do estado de São Paulo

### RESUMO

O presente artigo analisa os jogos de força bem como os discursos de legitimação presentes no debate curricular da Educação Física, com foco no currículo do Estado de São Paulo. Para tal fim, realizamos uma revisão sistemática acerca das publicações que tratam da disciplina Educação Física neste programa curricular. As observações realizadas basearam-se nas contribuições de Stephen Ball acerca das políticas curriculares e de Lopes, Macedo e Silva, autores do campo do currículo no Brasil. A pesquisa indica que tais publicações produzem certos regimes de verdades por meio de práticas discursivas contributivas, as favoráveis à aceitação do documento e as desaprovativas, que criticam o currículo oficial. No entanto, em comum, ambas permitem a defesa de um programa curricular comum na área da Educação Física.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação física;  
Currículo; Política curricular

### Solange de Oliveira Amusquivar

Mestranda em Educação Física  
Universidade Estadual de Campinas,  
Faculdade de Educação Física,  
Campinas/São Paulo, Brasil.

[s064474@dac.unicamp.br](mailto:s064474@dac.unicamp.br)

<https://orcid.org/0000-0001-6633-1898>

### Mário Luiz Ferrari Nunes

Pós-Doutorado  
Universidade Estadual de Campinas,  
Faculdade de Educação Física,  
Campinas/São Paulo, Brasil.

[mario.nunes@fef.unicamp.br](mailto:mario.nunes@fef.unicamp.br)

<https://orcid.org/0000-0003-0680-5777>

## **Analysis of academic publications on Physical Education in the curriculum of the state of São Paulo**

### **ABSTRACT**

This article analyzes the games of strength as well as the legitimation discourses present in the curriculum debate of Physical Education, focusing on the curriculum of the State of São Paulo. To this end, we conducted a systematic review about the publications dealing with the assignature of Physical Education in this curriculum. The observations made were based on the contributions of Stephen Ball on curriculum policies and Lopes, Macedo and Silva authors of the field of curriculum in Brazil. The research indicates that such publications produce certain regimes of truths through contributory discursive practices, those favorable to the acceptance of the document and the disapprovatives that criticize the official curriculum. However, in common, both allow the defense of a common curriculum in the of School Physical Education.

**KEYWORDS:** Physical education; Curriculum; Curriculum policy

## **Análisis de publicaciones académicas sobre Educación Física em el currículo del estado de São Paulo**

### **RESUMEN**

Este artículo analiza los juegos de fuerza, así como los discursos de legitimación presentes en el debate curricular de la Educación Física, centrándose en el currículo del Estado de São Paulo. Para ello, realizamos una revisión sistemática sobre las publicaciones que tratan de la assignatura Educación Física en este currículo. Las observaciones se basaron en las contribuciones de Stephen Ball, sobre políticas curriculares, y Lopes, Macedo y Silva, autores del campo curricular en Brasil. La investigación indica que tales publicaciones producen ciertos regímenes de verdades a través de prácticas discursivas contributivas, las favorables a la aceptación del documento y las desaprobaciones que critican el currículo oficial. Sin embargo, en común, ambos permiten la defensa de un currículo común en el área de la Educación Física.

**PALABRAS-CLAVE:** Educación física; Currículo; Política curricular

## INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 foi o grande marco da democratização do Brasil após a Ditadura Cívico-Militar (1964-1984) e possibilitou a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96. Dentre as várias políticas educacionais estabelecidas pela LDB, temos a determinação de uma base nacional comum para os currículos da educação infantil, o ensino fundamental e o médio. Desde então, diversas versões e publicações de políticas educacionais e curriculares foram homologadas, sendo a mais recente, em 2017, a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC)<sup>1</sup>.

Alguns documentos oficiais têm caráter normativo e prescritivo, enquanto outros são orientações que, por conta de serem resultado de um processo de negociação a partir de articulações políticas e discursivas no campo da Educação, envolvendo sujeitos e grupos sociais que representam diferentes segmentos da sociedade, acabam, por via indireta, tornando obrigatória a sua adoção por parte dos sistemas de ensino. Dessa maneira, o processo de definição dos documentos curriculares envolve relações de poder, sendo sempre parcial e, portanto, apenas algumas agendas e influências são legitimadas, somente certas vozes são ouvidas (BALL, 1993).

Em relação à proposição de uma base curricular, Lopes (2015) assevera que a iniciativa tem sido vinculada à melhoria da qualidade da educação e pressupõe existir uma neutralidade no conhecimento. Porém, a autora afirma que não há princípios e regras curriculares absolutos fora do jogo político educacional, o que significa que não se trata de uma produção neutra e ausente de negociações e jogos de interesses múltiplos. Segundo Ball (1998) é nesse processo de hibridismo e recontextualização que os textos curriculares são elaborados. Como assevera Ball, o “processo nacional de elaboração de políticas é, inevitavelmente, um processo de *bricolagem*” (BALL, 1998, p.132).

No Estado de São Paulo não é recente a produção e implantação de um currículo único, como pôde ser observado em 2007, momento em que o governo paulista criou o Programa São Paulo Faz Escola, com o objetivo de ser tanto referência como base dos processos avaliativos de larga escala da gestão da secretaria estadual para todas as escolas da rede. Em 2008, foi homologado o documento Proposta Pedagógica Curricular do Estado de São Paulo (PPC-SP), e, em 2010, foi editado e passou a ser denominado o Currículo do Estado de São Paulo<sup>2</sup> (CESP). Porém, após a implantação da BNCC, em agosto de 2019, foi instituído o Currículo Paulista para as etapas

<sup>1</sup>Informações retiradas do site do MEC disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em 07 de setembro de 2021.

<sup>2</sup>São Paulo faz Escola. Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <http://escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=1414>. Acesso em 18 de julho de 2021.

da Educação Infantil e Ensino Fundamental e, um ano depois, homologado o Currículo Paulista da etapa do Ensino Médio, substituindo o anterior e estabelecendo um diálogo mais próximo com a BNCC.

Diante do exposto, podemos afirmar que desde a promulgação da LDB, tem sido constante a publicação de Diretrizes e programas curriculares, evidenciando as mudanças na política educacional nacional nessas últimas décadas, fator que reforça a importância de pesquisas acadêmicas que esmiúcem analiticamente as diversas nuances que esse assunto mobiliza. A fim de contribuir com essa empreitada, realizamos um levantamento das produções acadêmicas que tratam da temática currículo na área da Educação Física, restringindo as análises às publicações sobre as políticas curriculares do Estado de São Paulo. Nesse contexto, objetivamos analisar quais são os discursos que atravessam os textos acadêmicos selecionados, buscando discutir os jogos de força presente no campo acadêmico e as múltiplas formas de legitimar ou contestar um currículo. Analisar essas publicações acadêmicas é relevante para compreender as maneiras como as políticas curriculares têm sido dirigidas e podem contribuir para posteriores pesquisas sobre o atual Currículo Paulista, tecendo relação com as suas possíveis continuidades e descontinuidades em relação aos documentos anteriores.

## **METODOLOGIA**

Após uma investigação das publicações acadêmicas sobre o estado da arte de currículo de Educação Física no Brasil (ROCHA *et al.*, 2015; CAGLIARI; RUFINO; DARIDO, 2017; BOSCATTO; DARIDO, 2017; TAVARES; WITTIZORECKI; NETO, 2018), definimos para este trabalho o marco cronológico inicial do mês de julho de 2014, pois após essa data as publicações sobre a temática Currículo do Estado de São Paulo e Educação Física não foram abordadas em revisões sistemáticas<sup>3</sup>.

Realizamos uma revisão sistemática baseada na abordagem qualitativa das produções acadêmicas no âmbito das Ciências da Educação, com o intuito de apresentar critérios científicos que reflitam um trabalho de mapeamento e seleção criteriosa das fontes investigadas (RAMOS; FARIA; FARIA, 2014). O levantamento bibliográfico foi realizado em março de 2021 e foram analisados os textos científicos oriundos das bases de dados Lilacs, Scielo e CAPES. No critério de inclusão, a busca delimitou-se em artigos presentes nos periódicos disponíveis de maneira digital, no idioma português, abertos e na versão completa. A pesquisa foi realizada com a intersecção do

---

<sup>3</sup>Após o mapeamento inicial do estado de arte, obtivemos na pesquisa de Cagliari, Rufino e Darido (2017) uma revisão de literatura dos periódicos da área da Educação Física sobre a temática do Currículo do Estado de São Paulo, tendo a referida pesquisa um recorte temporal o período de janeiro de 2008 até julho de 2014.

termo Educação Física, utilizando o operador booleano AND, com os seguintes descritores/termos: currículo, teoria de currículo, teorias curriculares, política(s) curricular(es), política de currículo, prática curricular, proposta(s) curricular(es) e currículo do Estado de São Paulo. Nas plataformas citadas, utilizamos para critério de busca o termo Educação Física no título da publicação e os outros descritores/termos presentes no título, resumo ou assunto do artigo. Após os cruzamentos dos termos, obtivemos o seguinte resultado:

Descritores e termos	Lilacs	SciELO	CAPES
Educação Física AND currículo	218	40	117
Educação Física AND teoria de currículo	17	2	23
Educação Física AND teorias curriculares	1	1	12
Educação Física AND política curricular	17	2	15
Educação Física AND políticas curriculares	13	2	15
Educação Física AND política de currículo	19	2	10
Educação Física AND prática curricular	27	5	51
Educação Física AND proposta curricular	15	3	26
Educação Física AND propostas curriculares	8	6	26
Educação Física AND currículo do Estado de São Paulo	10	5	6

Fonte: Elaborado pelos autores.

Alcançamos um total de 714 publicações, dentre as quais várias se repetiam conforme o cruzamento das buscas. Além disso, realizamos a leitura do título tendo como critério de exclusão os textos que não tratavam sobre o tema currículo, os artigos de revisão e as publicações relacionadas somente ao Novo Ensino Médio e à formação docente. Desse modo, o número foi reduzido para 80 publicações acadêmicas. Após a leitura dos resumos, obtivemos: 37 textos com a problemática do currículo e Educação Física Escolar (EFE); 10 textos sobre a temática políticas curriculares e EFE, todos relacionados com a BNCC; 22 textos sobre pesquisas curriculares de outros estados e municípios; 11 textos que abordam a disciplina Educação Física no CESP, sendo estes designados para uma análise mais detalhada.

Para a discussão dos discursos presentes nos artigos tomamos como referência as produções no campo do currículo de Lopes e Macedo (2011) e Silva (2010; 2011) e das políticas curriculares de Ball (1993, 1998, 2001). Há que se ressaltar que esses autores se pautam no referencial pós-estruturalista de análise de discurso. Em tal análise o discurso é visto como prática discursiva, sempre focada nos enunciados ditos e não na possibilidade abstrata de um enunciado realizar, esconder algo. O discurso constrói o conhecimento, regula o que é possível de ser falado e o que não é. Desse modo, os autores abordam o currículo como prática discursiva que transmite certos regimes de verdade, contribuições que nos ajudaram a entender o caráter híbrido das políticas curriculares como resultado de acordos e negociações, que envolvem grupos sociais e sujeitos com diferentes interesses, e que buscam expressar e legitimar suas “verdades”. Tais contribuições nos

permitiram compreender o currículo como um campo de disputa. Assim, diante desses referenciais, analisamos os regimes de verdade presentes nas publicações acadêmicas selecionadas, buscando localizar os discursos acerca da política curricular do Estado de São Paulo.

Nesse quadro, após realizarmos as leituras dos artigos, localizamos dois diferentes conjuntos de performances verbais, que em termos pós-estruturalistas são as que produzem tipos de positividade de um discurso, que permitiram o posicionamento dos autores em relação ao programa oficial do Estado de São Paulo, as quais denominamos para efeito de análises: publicações contributivas - textos que realizam elogios e críticas com a finalidade de contribuir com o documento; e publicações desaprovativas - textos que apontam certas inconsistências, incoerências ou divergências sobre o currículo, sendo textos mais críticos e de contestações. Esses conjuntos se pautam nas seguintes proposições, cujas análise encontram-se em seguida:

Publicações contributivas	Os materiais curriculares são importantes para nortear o docente; o currículo serve de referência e de consulta para a prática do docente; o currículo unificado do Estado de SP como sendo uma realidade; a importância dos PCNs como documento orientador das diretrizes curriculares da EF na educação básica; as propostas curriculares de EF ocasionaram um grande impacto positivo; a EF necessita de uma organização e sistematização dos conteúdos.
Publicações desaprovativas	Certa incoerência com o principal objetivo da proposta; os pontos de convergência e de divergência presente no documento; tensão e distanciamento com relação a participação do docente na construção do currículo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

## RESULTADOS

Dentre as 11 publicações acadêmicas selecionadas, obtivemos 10 artigos e um ensaio. Nos artigos, as metodologias utilizadas nas pesquisas foram, em um total de 8 textos, a análise documental do documento básico do CESP e dos Cadernos (do Professor e do Aluno); duas pesquisas realizaram entrevistas semiestruturadas com os docentes da rede estadual.

A Tabela 1 apresenta o período cronológico em que as publicações acadêmicas foram divulgadas, sendo que a maioria dos artigos pertence ao ano de 2015. No período de 2019 até março de 2021, não foram encontradas publicações. Na Tabela 2, encontram-se as informações sobre quais revistas foram contempladas com a busca bibliográfica, a classificação Capes Qualis, referente aos periódicos Quadriênio 2013 – 2016 e o número de artigos analisados.

Tabela 1 – Número de publicações acadêmicas sobre Educação Física no CESP em relação ao período pesquisado.

Período cronológico	Publicações acadêmicas
2014	Betti, <i>et al.</i> (2014)
2015	Bolzan e Santos, (2015); Carvalho e Silva (2015); Diniz e Darido (2015a); Diniz e Darido (2015b); Lima <i>et al.</i> (2015).
2016	Milani e Darido (2016); Spolaor e Daolio (2016).
2017	Lopes, Tavares e Santos (2017)
2018	Maldonado e Silva (2018); Salomão e Alves (2018).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2 – Relação das revistas, Qualis e o número de publicações acadêmicas sobre Educação Física no CESP.

Nome da Revista	QUALIS (2013-2016)	Número de artigos sobre a EF no CESP
Revista Movimento (UFRGS)	A2	3
Revista da Educação Física (UEM)	B1	2
Revista Pensar a Prática (UFG)	B2	2
Educação em Revista (UFMG)	B2	1
Revista Brasileira de Ciência & Movimento	B2	1
Revista Educação: Teoria e Prática (UNESP)	B4	1
Revista Conexões (UNICAMP)	B4	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Do total de 11 publicações acadêmicas, apenas 3 não tratavam especificamente sobre o Currículo de Educação Física do Estado de São Paulo (CEF-SP), porém foram consideradas neste estudo por realizarem uma análise documental do currículo, mesmo que concomitante com propostas curriculares de outros municípios ou estados (DINIZ; DARIDO, 2015; BOLZAN; SANTOS, 2015; MALDONADO; SILVA, 2018).

Todos os artigos incluídos na revisão sistemática analisam o documento base e/ou os Cadernos (do professor e do Aluno) implementados na rede estadual de São Paulo a partir do ano de 2008. Até o momento do levantamento bibliográfico, não foram encontradas publicações acadêmicas sobre a disciplina Educação Física do recente Currículo Paulista implementado em 2019.

## DISCUSSÃO

Esta pesquisa tem como referência as contribuições de Stephen Ball (1993, 1998, 2001) para compreendermos as políticas curriculares, acrescidas das produções no campo do currículo no Brasil, com destaque para as produções e estudos de Lopes e Macedo (2011) e Silva (2010; 2011). Segundo Silva (2011), o currículo é um território contestado, um campo de luta pela representação; não existe, pois, neutralidade nos conhecimentos inseridos no currículo, existem regras de controle e de regulação, determinando quais saberes serão legitimados ou silenciados. Dessa maneira, o currículo pode ser questionado, contestado e disputado por diferentes grupos sociais e sujeitos que tiveram ou não os seus interesses contemplados durante o processo de produção e implementação das políticas curriculares. Mediante essa premissa, neste artigo o objetivo é tornar evidentes os discursos enunciados nas publicações acadêmicas analisadas e entender, em concordância com a abordagem do ciclo de política, como o campo acadêmico tem se posicionado no contexto de influência, de produção de texto e de prática.

### **A disciplina Educação Física na PPC-SP:**

Para melhor compreensão do leitor acerca do Currículo Paulista, informamos que, nele, a disciplina Educação Física está inserida na PPC-SP de 2008, na área de Linguagens, códigos e suas tecnologias, junto com outras disciplinas (Inglês, Arte e Língua Portuguesa). O documento básico do programa curricular contém a apresentação do currículo, os princípios curriculares, a concepção do ensino na área de Linguagens, a concepção da disciplina e a organização dos “eixos de conteúdos” e “eixos temáticos”<sup>4</sup> distribuídos por ano de escolarização e bimestre (SÃO PAULO, 2010). Além desse documento oficial, o governo estadual distribuiu o Caderno do Professor e o Caderno do Aluno. O Caderno do Professor<sup>5</sup> é organizado por componente curricular, por ano e por volume, demarcando qual será a temática abordada em cada bimestre. Nele, encontramos uma apresentação do tema, as habilidades a serem desenvolvidas, as situações de aprendizagem e

---

<sup>4</sup>O documento curricular do Estado de São Paulo concebe que a EFE deva trabalhar com grandes eixos de conteúdos, a saber: jogo, esporte, ginástica luta e atividade rítmica. A partir do Ensino Médio esses eixos de conteúdos se cruzam nos seguintes eixos temáticos (Corpo, Saúde e Beleza; Contemporaneidade; Mídias; lazer e Trabalho).

<sup>5</sup>Caderno do Professor. São Paulo faz Escola. Disponível em:

<http://escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=1218>. Acesso em 07 de janeiro de 2022



proposta de avaliação/recuperação. O Caderno do Aluno<sup>6</sup> também possui sua divisão organizada por ano e bimestre, mas é um material pedagógico destinado aos estudantes, contém textos explicativos, imagens e exercícios didáticos.

### **Análise das publicações acadêmicas contributivas:**

De acordo com o conjunto de performances identificados para análise - publicações contributivas e publicações desaprovativas - apresentaremos primeiro os artigos que se demonstraram favoráveis à aceitação do currículo de São Paulo (SÃO PAULO, 2010) - no total de 8 publicações. Esses artigos realizam algumas críticas, porém percebemos que o intuito é contribuir com o texto curricular e realçar as características do material. Neles, não se observa a intenção de problematizar o currículo. Como a intenção da pesquisa é a análise dos regimes discursivos, percebemos a existência de alguns discursos que se apoiam mutuamente. O primeiro entende o Caderno do Professor como materiais didáticos de apoio docente; o segundo é sobre a necessidade de uma formação continuada ou capacitação sobre o currículo implementado; o terceiro envolve artigos que dissertam sobre as dimensões dos conteúdos e sua relação com o texto curricular; o quarto coloca a currículo do Estado de São Paulo como um modelo curricular.

#### **1. O Caderno do professor como materiais didáticos:**

Lima *et al.* (2015) realizam uma análise dos Cadernos do Professor de Educação Física do Estado de São Paulo, tendo como enfoque a temática Ginástica Artística (GA). Os autores apontam que muitos docentes não se sentem encorajados a desenvolver a Ginástica na escola, principalmente pela falta de formação inicial ou contínua acerca dos aspectos pedagógicos da GA. O artigo analisa e discute especificamente as características e os fundamentos da GA, presentes no documento; destacando aspectos positivos e afirmando serem importantes fontes de consulta para os docentes. Entre os aspectos negativos dos Cadernos, os autores apontam algumas lacunas como ausência de ilustração e informações superficiais, mostrando preocupação com a falta de “conhecimentos prévios” dos professores, pois “caso o professor utilize somente o material apresentado nos Cadernos, ele poderá encontrar problemas para aplicar o conteúdo proposto.” (LIMA *et al.*, 2015, p. 399). Diante disso, o artigo aponta quais conhecimentos (características, os fundamentos e a segurança na GA) poderiam estar nas próximas edições.

Com intenção semelhante, Diniz e Darido (2015a) realizam uma análise documental do CEF-SP, em específico do Caderno do Professor do sétimo ano do ensino fundamental, que

---

<sup>6</sup>Material pedagógico auxilia alunos da rede estadual no desenvolvimento de competências do Currículo Oficial. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/caderno-aluno/>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

tematiza as danças folclóricas. Objetiva subsidiar a produção de um *blog* educacional, buscando elaborar e avaliar um material didático complementar ao currículo oficial do governo. Os autores afirmam que o currículo de São Paulo, apesar de se tratar de uma proposta interessante do ponto de vista pedagógico, possui algumas limitações, considerando como sucintos os conhecimentos acerca das danças folclóricas. A partir disso, o artigo aponta que a utilização do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), em específico, da ferramenta *blog*, é uma estratégia de apoio à formação continuada para os professores de Educação Física, pois produz “um material de apoio com mais subsídios didáticos para favorecer a inserção deste conteúdo na escola” (DINIZ; DARIDO, 2015a, p.713).

Os dois artigos abordam diferentes temas<sup>7</sup> da Educação Física: a GA, em Lima *et al.* (2015), e danças folclóricas, em Diniz e Darido (2015a); porém, ambos produzem um discurso comum: partem da premissa de que os docentes tiveram uma formação inicial precária acerca dos temas, generalizando os modos de se constituir docente, desconsiderando particularidades - pois muitos docentes podem ter se aprofundado no tema no decorrer de suas vidas ou serem representantes dessa práticas - logo, podem disponibilizar conhecimentos mais amplos, aspecto largamente estudado acerca do corpo discente dos cursos de formação inicial da área. Com isso, ao enfatizarem a necessidade de os Cadernos do Professor serem materiais didáticos mais densos, os autores e autoras validam a política curricular, tanto como orientação para a prática pedagógica quanto como ação compensatória para suprimir uma possível falha na formação inicial do docente, afirmando regimes de verdade acerca da política curricular dessa etapa da vida laboral e da importância de um documento oficial norteador. A defesa por um currículo comum pode ser evidenciada nos artigos quando criticam uma ausência de um “currículo mínimo” para a Educação Física (DINIZ; DARIDO, 2015a) e demonstram concordar com uma “linha comum” de atuação pedagógica (LIMA *et al.*, 2015).

## **2. A formação continuada do CESP:**

Spolaor e Daolio (2016) realizaram entrevistas com docentes, sem especificarem os níveis de atuação deles, que relataram utilizar o CESP com a finalidade de analisar a sua compreensão sobre o currículo de Educação Física e relacionar com as etapas da carreira docente. Importante destacar que um dos autores do artigo, o professor Jocimar Daolio, fez parte da elaboração do CESP (SÃO PAULO, 2010). Os autores apontam para alguns aspectos positivos do documento segundo

---

<sup>7</sup>Os autores Diniz e Darido (2015a) e Lima *et al.* (2015) utilizam durante os seus textos o termo “conteúdo” e “tema” de maneira análogas, porém optaremos pela utilização da escrita tema/temática (SOARES *et. al.*, 1992, NEIRA; NUNES, 2009).

os entrevistados, como a importância do material para a reflexão da prática pedagógica. Porém, para os docentes há também algumas insatisfações com relação ao processo de implementação do currículo, tais como: a ausência de diálogo entre a equipe criadora do material e os docentes da rede; dificuldades de realizar as atividades propostas devido à realidade da escola e à falta de uma formação/capacitação continuada.

Os autores Salomão e Alves (2018) também realizaram entrevistas. Desta feita com os docentes que atuam no Ensino Fundamental do ciclo II, a fim de compreender como os professores de Educação Física da rede estadual de ensino da cidade de São Carlos se apropriam da PPC-SP, implementada em 2008. O artigo aponta que as dificuldades relatadas pelos entrevistados não se encontram na proposta em si, mas na precariedade da infraestrutura de muitas escolas e na insegurança dos professores ao abordar certos temas. Quanto às possibilidades de mudanças, os autores identificaram alguns aspectos pontuais, devido à validação positiva do currículo pelos docentes entrevistados. O artigo valida o PPC ao afirmar que “essas Propostas ocasionaram um grande impacto positivo, principalmente se tratando do componente curricular Educação Física que carecia de uma organização e sistematização dos conteúdos” (SALOMÃO; ALVES, 2018, p.127).

Além de realizarem entrevistas com os docentes, essas duas publicações explanam proposições que assumem posturas críticas com relação às políticas de capacitação dos docentes, pois esperam que um currículo de formação continuada atenda ao referencial teórico do CESP. Em oposição aos textos de Lima *et al.* (2015) e Diniz e Darido (2015a), os artigos acima valorizam a formação docente e o próprio documento, mas enfocam as críticas às políticas de formação continuada, fazendo crer que elas têm que dar conta da efetividade da política. Não contestamos a importância da formação continuada e a responsabilização da Secretaria para a sua realização, entretanto, realçamos que os autores não consideram que todo texto curricular é um campo de disputa e sofre o processo de recontextualização (LOPES; MACEDO, 2011). Lopes (2005) citando Bernstein<sup>8</sup>, afirma que no processo de recontextualização os textos “são fragmentados ao circularem no corpo social da educação, alguns fragmentos são mais valorizados em detrimento de outros e são associados a outros fragmentos de textos capazes de ressignificá-los e refocalizá-los” (p.54). Segundo Ball (1998, p.133), as políticas são constituídas e modificadas por meio de complexos processos de influência, de produção de texto e de recriação no contexto da prática, dessa maneira “a recontextualização ocorre no interior e entre campos ‘oficiais’ e ‘pedagógicos’”. Portanto, não é possível existir um currículo de formação baseado integralmente nos currículos oficiais, muito

---

<sup>8</sup>Lopes (2005) se baseia no pensamento do sociólogo da educação inglês Basil Bernstein para dissertar sobre o conceito de recontextualização, utilizando como referência os textos: BERNSTEIN, Basil. **A Estruturação do Discurso Pedagógico: Classe, Códigos e Controle**. Petrópolis: Vozes, 1996 e BERNSTEIN, Basil. **Pedagogia, control simbólico e identidad**. Madrid: Morata, 1998.

menos podemos afirmar que aquele será colocado em ação pelos docentes sem antes ser novamente recontextualizado.

### 3. As dimensões dos conteúdos no CESP:

Interessante destacar que há um conjunto de artigos focados nas análises das dimensões dos conteúdos (conceitual, procedimental e atitudinal)<sup>9</sup>. O artigo de Milani e Darido (2016) empreende uma análise documental do CEF-SP, especificamente dos Cadernos do Professor do Ensino Fundamental II, a fim de contemplar o tratamento que o documento faz com relação aos conteúdos atitudinais (valores, normas e atitudes). Segundo Milani e Darido (2016, p.451), o “currículo proposto pelo Estado de São Paulo não adota a perspectiva da dimensão dos conteúdos idealizadas por Coll (2000) e Zabala (1998), porém pode-se perceber claramente a presença das três dimensões na análise do documento”<sup>10</sup>. Como resultado da pesquisa, os autores verificam que há presença desses elementos, mas não de maneira ampla, destacando que existe mais ênfase nas dimensões procedimentais e conceituais.

Lopes, Tavares e Santos (2017) analisam os Cadernos do Professor do Ensino Médio, material de apoio ao currículo de São Paulo de Educação Física, com o objetivo de compreender a presença das dimensões dos conteúdos nesses documentos. Os autores buscam compreender como as dimensões dos conteúdos são apresentadas aos docentes de Educação Física, com ênfase especial à dimensão atitudinal. O texto evidencia a presença das dimensões dos conteúdos nos documentos analisados, porém crítica “a ausência de apresentação explícita quanto aos valores, atitudes e normas a serem ensinados” (LOPES; TAVARES; SANTOS, 2017, p.823).

Diniz e Darido (2015b), por sua vez, também focaram a presença das dimensões dos conteúdos e elaboram um mapeamento de como a temática da dança é tratada em 17 propostas curriculares estaduais de Educação Física no ensino fundamental ciclo II (6º ao 9º ano), sendo o Estado de São Paulo contemplado nessa análise. Os autores apontam para uma valorização do tema dança e avanços nas propostas curriculares de Educação Física quanto à superação de uma perspectiva exclusiva do “saber fazer” (dimensão procedimental). Entretanto, em relação à dimensão atitudinal, o texto aponta para uma “dificuldade que algumas propostas apresentaram ao

---

<sup>9</sup>A presença das dimensões dos conteúdos na EFE está relacionada com a divulgação dos PCNs (MALDONADO *et al.*, 2014). Segundo BRASIL (1997), o conteúdo conceitual são os fatos, conceitos e princípios; o procedimental está ligado ao fazer e atitudinal são as normas, os valores e as atitudes decorrentes das relações que são promovidas pelas atividades de ensino e das práticas corporais em si.

<sup>10</sup>Os autores referenciados na publicação de Milani e Darido (2016) são César Coll e Antoni Zabala: COLL, César *et al.* **Os conteúdos na reforma**. Porto Alegre: Artmed, 2000 e ZABALA, Antoni. **A prática educativa: Como ensinar**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

expor seus direcionamentos, formas de avaliar e objetivos no que se dirige aos valores e atitudes” (DINIZ E DARIDO, 2015b, p.362).

Esses artigos trazem outra proposição, pois apontam para vários aspectos positivos do documento, mas realizam críticas em comum relacionadas a ausência de conteúdos atitudinais entre os seus assuntos. Essas publicações acadêmicas se baseiam na produção de vários autores espanhóis, como César Coll, Antoni Zabala, Miguel Zabalza, Fernando Hernadéz, Jesus Palácios, Juan Inácio Pozo, que tiveram larga influência nas reformas educacionais brasileiras dos anos 1990, fortalecendo a noção de educação por competências e apoiada no construtivismo pedagógico, além da ressignificação das dimensões dos conteúdos de aprendizagem, presentes em obras de Tyler, Bloom, Merrill e outros que deram bases para o tecnicismo educacional dos anos 1950/1960/1970 (LOPES; MACEDO, 2011).

Cabe ainda destacar que, como nos artigos analisados anteriormente, a autoria desses também desconsidera os saberes docentes, fazendo-nos crer, de forma indireta, que o programa oficial tem que tomar como premissa uma pseudo formação fragilizada dos docentes para ser mais do que uma proposta de ação. Essa premissa implica a necessidade de políticas de implantação acompanhadas por noções de formação continuada docente.

#### 4. O CEF-SP como modelo curricular:

Por fim, Betti *et al.* (2014) abordam a filosofia fenomenológica de Maurice Merleau-Ponty e a antropologia social desenvolvida por Marcel Mauss e Clifford Geertz, procurando discutir os fundamentos da teoria do Se-Movimentar presente no currículo oficial paulista e divulgada na concepção crítico-emancipatória de Elenor Kunz<sup>11</sup>. É relevante observar, novamente, que os autores desse ensaio (Mauro Betti, Luciana Venâncio, Luiz Sanches Neto, Jocimar Daolio) fizeram parte da equipe elaboradora do próprio texto oficial. Diferente dos textos já citados, nessa publicação os autores preocupam-se em apresentar as bases teóricas que subsidiam o CEF-SP – a noção de cultura da Antropologia Social de Marcel Mauss e Clifford Geertz, a teoria do Se-movimentar e o conceito Cultura de Movimento, formulado por Elenor Kunz.- o que, em alguma medida, coloca o currículo paulista em lugar de evidência, visto que a maioria dos programas oficiais dos estados brasileiros apresenta certa confusão em relação às bases teóricas que os sustentam, principalmente no trato com a noção de cultura corporal ou de movimento (NEIRA; GRAMORELLI, 2017). O texto

---

<sup>11</sup>Professor Elenor Kunz, da Universidade Federal de São Carlos, conhecido pela sua proposta crítico-emancipatória e autor do livro: **Transformação didático-pedagógico do esporte, publicado em 1994**. Kunz desenvolveu o termo o Se-Movimentar baseado na filosofia fenomenológica do pensador francês Maurice Merleau-Ponty. Segundo o próprio texto de Betti *et al.* (2014, p.1638) o Se-Movimentar é “um diálogo no qual ser humano e mundo participam na constituição do movimento; portanto, não podem ser isolados, pois cada um “significa” na relação com o outro”.

pretende legitimar os fundamentos antropológicos e fenomenológicos utilizados na construção do CEF-SP, além de reforçar que os pressupostos teóricos implicados no currículo apontam para a possibilidade de formação de sujeitos emancipados, autônomos e críticos. Portanto, essa publicação apresenta tanto o CEF-SP como um modelo necessário de currículo como evidencia que é favorável a um currículo prescritivo e comum a todas as escolas, discentes e docentes.

Entendemos que os textos curriculares são textos políticos abertos a múltiplas interpretações (BALL, 1993). O que implica afirmar que os docentes leitores dos currículos do Estado de São Paulo não necessariamente irão colocar “literalmente” em prática os pressupostos teóricos presentes no documento básico, pois os discursos e os textos passam por um processo de recontextualização. Tampouco, que os estudantes se tornarão sujeitos emancipados, autônomos e críticos, o que faz com que esses autores favoráveis ao currículo fiquem no campo da idealização de um modelo curricular.

### **Análise das publicações acadêmicas desaprovativas:**

Quanto às publicações acadêmicas indicadas como desaprovativas (no total de 3), embora realizem alguns apontamentos positivos, percebemos se tratar de artigos que verificaram certas inconsistências, incoerências ou divergências presentes nas políticas curriculares do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2010) e/ou realizaram críticas com relação ao caráter prescritivo do currículo.

Carvalho e Silva (2015) abordam o CEF-SP utilizando como procedimento metodológico uma análise documental e realizando uma discussão mais específica acerca da cultura corporal de movimento e sobre a temática do lazer. Os autores apontam para algumas divergências conceituais e um distanciamento teórico entre o documento básico e os Cadernos, afirmando que em relação ao tema lazer, o Caderno do Aluno apresenta uma visão funcionalista. Os autores do documento estão ancorados no conceito de lazer de Marcellino<sup>12</sup>, referenciado no documento principal do CEF-SP, porém nos Cadernos (do Professor e do Aluno) aparecem outros nomes. A utilização de diferentes correntes teóricas é criticada no artigo, além de apontarem no documento incoerência com a teoria de Marcellino. Com relação à cultura corporal de movimento, o artigo realiza uma analogia entre o pensamento sobre a construção do currículo dos autores Forquin e Vasconcellos<sup>13</sup> e a perspectiva culturalista da área da Educação Física, constatando que essa concepção é uma das bases do CESP. Entretanto, o artigo aponta para uma discrepância entre os temas, sendo o esporte o tema mais

---

<sup>12</sup>Nelson Carvalho Marcellino aponta a cultura como um elemento central na discussão do lazer, conforme o texto: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 2010. (Coleção Fazer – lazer). 15ª edição.

<sup>13</sup>Carvalho e Silva (2015) se ancoram nos seguintes textos de Jean-Claude Forquin e Celso dos Santos Vasconcellos: FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993 e VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Currículo**: A Atividade Humana como Princípio Educativo. São Paulo: Libertad, 2009.

privilegiado em detrimento dos outros. Além disso, os autores ao analisarem as habilidades relacionadas no “conteúdo programático” do currículo, percebem que há uma tendência à abordagem técnica das práticas corporais, divergindo com o próprio pensamento crítico e autocrítico presente na fundamentação teórica do currículo preconizado no documento básico.

O artigo de Bolzan e Santos (2015) analisa sete propostas didático-pedagógicas publicadas pelas Secretarias Estaduais de Ensino (Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro), com a intenção de compreender, por meio da materialidade documental, como se constituem essas propostas didático-pedagógicas, analisando os dispositivos construídos para didatizar e orientar o ensino da Educação Física. Tal estudo é considerado relevante para “compreender as maneiras como eles são pensados, o que projetam como ideal para intervenção na Educação Física escolar e as vozes autorizadas para prescrever/orientar esse componente curricular” (BOLZAN; SANTOS, 2015, p.44). Portanto, os autores compreendem que os livros didáticos são dispositivos produzidos em adequação a parâmetros com a intenção de orientar os docentes na sua prática, o “como fazer”. Como definição de currículo, os autores se ancoram em Sacristán<sup>14</sup>, compreendendo o currículo como “um processo de construção social, resultado das diversas operações às quais é submetido, escolha dos conteúdos, métodos, objetivos e avaliação nos diversos níveis de ensino, bem como nos diferentes tempos/espacos escolares” (BOLZAN; SANTOS, 2015, p.44). Para analisar as propostas didático-pedagógicas dos estados, o texto tem como referência a Marta Carvalho<sup>15</sup>, classificando os documentos estaduais como caixas de utensílio ou coleções pedagógicas. A PPC-SP é considerada caixa de utensílios, pois apresenta ferramentas e orientações para auxiliar em situação de ensino. O artigo se detém nas intencionalidades daqueles que elaboraram os livros didáticos, analisando as capas, o sumário e sua organização, a disposição das iconografias e suas intencionalidades. Os autores observam que os Cadernos de São Paulo estão divididos por bimestre e ano, o que denota indícios de sistematização do conhecimento, possuindo situações de aprendizagem com indicação da atividade e o número de aulas a serem realizadas, portanto “ganha um tom mais prescritivo em que pretende determinar o que deve ser feito” (BOLZAN; SANTOS, 2015, p.49). O texto destaca que as formas dos documentos estão centralizadas no professor e no ensino, desconsiderando o aluno como sujeito aprendente/produtor de cultura.

---

<sup>14</sup>José Gimeno Sacristán é um autor espanhol que aborda sobre o tema currículo, Bolzan e Santos (2015) utilizam como referência o seguinte texto: SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

<sup>15</sup>Marta Maria Chargas de Carvalho é pesquisadora da área de Historiografia e História da Educação, possuindo publicações sobre modelos pedagógicos e circulação do impresso. CARVALHO, Marta Maria Chargas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (Org.). **Brasil 500 anos**: tópicos em história da educação. São Paulo: Ed. da USP, 2001. p. 137-167.

O texto de Maldonado e Silva (2018) tem como objetivo analisar as concepções teóricas presentes nos currículos da Educação Física do Município e do Estado de São Paulo. No caso do CESP, os autores analisam as quatro propostas curriculares publicadas nos anos de 1978, 1991, 1996 e 2008. O artigo constata que houve perceptíveis mudanças relacionadas à fundamentação teórica que são frutos de uma mudança paradigmática na área da EFE. Tendo como base Bracht e González<sup>16</sup>, os autores afirmam que o último CEF-SP analisado (SÃO PAULO, 2010) defende a formação de sujeitos mais críticos. Entretanto, os autores apontam para uma incoerência desse último currículo: pois, apesar de os idealizadores da proposta se pautarem em teorias que defendem a formação de indivíduos críticos, como a proposta possui uma divisão já fixada e obrigatória dos “eixos de conteúdo” e “eixos temáticos” por ano/bimestre, os docentes tendem a ser apenas executores de um currículo prescritivo:

[...] a proposta não concede essa prerrogativa ao docente a quem não é permitido eleger os eixos de conteúdo e os eixos temáticos mais adequados para as suas turmas. Isso o torna, em muitos contextos, mero executor de tarefas pensadas por outras pessoas, sem possibilidade de um exercício crítico e criativo de sua docência. (MALDONADO; SILVA, 2018, p.7).

Dessa maneira, nesses artigos, ao analisarem o CEF-SP, foram observadas duas críticas principais, permitindo dividirmos as análises em mais duas proposições: a primeira é a crítica com relação à incoerência entre o referencial teórico do documento básico e as “Situações de Aprendizagem”, sistematizadas nos Cadernos; a segunda é a crítica desses autores sobre um currículo prescritivo.

Com relação ao primeiro, tanto Carvalho e Silva (2015) como Maldonado e Silva (2018), apresentam uma visão crítica, apontando as incoerências entre discursos pedagógicos distintos presentes no CESP, evidenciando o currículo como campo de disputa, em que pese não adentrarem nessa seara. Mesmo sem se referendarem nas discussões do campo do currículo, os autores, ao realçarem as várias contradições que constituem o currículo, confirmam o caráter híbrido de um texto curricular. Ball (1993) nos ajuda a entender essa questão ao demonstrar que os textos políticos não são escritos por apenas um autor e, também, não possuem um único processo de produção. Os textos curriculares são o produto de compromissos em várias etapas, envolvendo interesses de grupos distintos. Portanto, entendemos o hibridismo não como uma terceira via que resolveria as tensões entre discursos pedagógicos, mas uma negociação que envolve relações de poder desigual,

---

<sup>16</sup>Maldonado e Silva (2018) utilizam durante o texto os autores Valter Bracht e Fernando Jaime González como apoio para dissertar sobre as teorias pedagógicas da Educação Física: BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física**. Cadernos Cedes. Ano XIX, n. 48, p. 69-88, 1999 e BRACHT, Valter; GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação Física Escolar. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário Crítico da Educação Física**. 3º ed. Ijuí: Unijuí, 2014.



favorecendo e privilegiando determinados discursos em detrimento de outros, conforme aponta Lopes:

[...] as políticas curriculares no mundo globalizado envolvem uma tensão global-local que não se desenvolve em uma hierarquia rígida e tampouco são discursos superpostos que podem ser utilizados livremente, sem que alguns sentidos e significados sejam prevalentes. (LOPES, 2005, p.61).

Sobre a segunda crítica, os autores apontam para um descontentamento com relação ao caráter prescritivo dos Cadernos. Segundo Maldonado e Silva (2018), como esses materiais são divididos por disciplinas, por ano e por bimestre, acabam por “engessar” a prática pedagógica do docente, expressando aqui regime de verdade relacionado à perda da autonomia didática do docente. Os autores Carvalho e Silva (2015) afirmam que, com relação às “Situações de Aprendizagem” presentes nos Cadernos (do Professor e do Aluno), “trouxeram, em sua maioria, temas ou modalidades que se supõe serem relevantes para alunos e professores de todo o estado ao passo que poderia sugerir apenas as capacidades e habilidades a serem atingidas” (CARVALHO; SILVA, 2015, p.27). Os autores não são contra a proposta curricular, mas, com base no referencial culturalista, criticam a maneira prescritiva com que o tema é proposto nos Cadernos. Bolzan e Santos (2015) constatam existir uma organização prescritiva no CEF-SP pelo mesmo promover “tentativas de controle sobre seus usos, quando realizadas avaliações para identificar em que medida o aluno se apropriou dos conhecimentos partindo dos documentos oficiais” (BOLZAN; SANTOS, 2015, p.47).

Entretanto, embora os artigos sejam mais críticos com relação ao texto curricular do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2010), eles não discutem a questão do currículo comum. Carvalho e Silva (2015), apesar de criticarem os temas a serem ministrados nas “Situações de Aprendizado” dos Cadernos, consideram o material didático um “avanço para que se iniciasse um processo de mudança na educação pública estadual, sobretudo para a disciplina de Educação Física, que em poucas oportunidades foi contemplada com material didático específico. (CARVALHO; SILVA, 2015, p.27). Maldonado e Silva (2018) afirmam existir uma preocupação do governo com relação às teorias pedagógicas presente nos documentos, pois “a alternância de filosofias educacionais dos diferentes grupos que assumiram o poder e a gestão educacional se refletem nos documentos analisados” (MALDONADO; SILVA, 2018, p.17). Ao analisar as teorias pedagógicas presentes nas propostas, o artigo constata que a tematização da cultura corporal de movimento se tornou hegemônica no currículo paulista, indicando existir uma superação do paradigma da aptidão física. Em que pese a crítica, o artigo não disserta sobre ser contrário à existência de um currículo comum. Pelo contrário, indica uma preferência por um modo de pensar e fazer a Educação Física com base nas Humanidades. Bolzan e Santos (2015) possuem uma visão de currículo como construção social

e realizam uma crítica com relação aos modelos didáticos-pedagógicos dos materiais dos estados, porém não se aprofundam na discussão sobre o currículo comum e também reforçam o mesmo paradigma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das publicações acadêmicas realizadas a partir de uma revisão sistemática permitiu entendermos os diferentes discursos que circulam no campo acadêmico a respeito das políticas curriculares do Estado de São Paulo, sobre a disciplina de Educação Física. Pudemos identificar que a maioria dos artigos analisados legitima a PPC-SP (SÃO PAULO, 2010), visto que as suas pesquisas buscam contribuir com a continuidade e melhoria do currículo.

Tanto as publicações contributivas quanto as desaprovativas produzem certos regimes de verdades que permeiam a área da Educação Física. Ao tomarmos o currículo como um texto, resultado de relações sociais e de poder que refletem os conflitos e tensões vindos de diferentes contextos, não há como desconsiderar que as posições aqui destacadas também contribuem para os processos de recontextualização e hibridismo, que incidem sobre qualquer projeto ou programa curricular (BALL, 1998, 1993; LOPES, 2005).

A pesquisa possibilitou compreendermos os jogos de forças presentes nas publicações acadêmicas e quais discursos sobre a EFE, bem como sobre sua formação, têm sido legitimados. Os currículos oficiais, como no caso do Currículo Paulista, têm servido de arena para essas disputas. Nessa arena, foi notório perceber a defesa dos interesses e posições dos diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos na produção da política curricular, em busca da hegemonia do que possa ser a Educação Física. Evidenciou-se que, de um lado, há discursos que enfatizam aspectos das pedagogias tradicionais (SILVA, 2010), que reforçam o ideário do neotecnicismo educacional (LOPES; MACEDO, 2011) ao afirmarem a dimensão dos conteúdos, presentes nas reformas educacionais dos anos 1990 e o documento curricular como guia orientador da prática docente. Por outro, há discursos que reforçam a visão crítica da Educação (Física), que enfatizam que tais documentos de orientação curricular são prescritivos e impedem a autonomia docente. No entanto, em que pese essas divergências, ambos trazem demandas em comum, qual sejam: criticam e por isso hegemonizam a formação docente como precária e, por efeito, abrem portas para a legitimação de discursos de formação continuada, seja por tomar o docente como eterno aprendiz ou tomá-los como seres inacabados, discursos de campos teóricos distintos, porém similares e que por se apoiarem uns nos outros, afirmam, legitimam e fazem circular essa ação como regime de verdade

da docência. Não por menos, nenhum dos artigos - contributivos ou desaprovativos, colocaram em xeque a noção de currículo comum, o que reforça os discursos que legitimam tanto o currículo oficial e seus efeitos sobre a formação docente.

A pesquisa também nos permite notar que não existem publicações recentes sobre o atual Currículo Paulista, portanto cabe ressaltar a demora do campo acadêmico em participar do contexto de influência e da produção do texto, ficando as pesquisas mais na análise do contexto de resultado. Por conta da recente homologação do Currículo Paulista (2019) e da movimentação provocada pela BNCC, que está a promover novas elaborações curriculares pelos estados, municípios, pelos sistemas públicos e privados, realçamos a importância de pesquisas acadêmicas que tratem especificamente sobre as disputas que ocorrem no campo do currículo e que desenvolvam investigações com a participação do docente que recontextualiza o currículo.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen John. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. **Discourse**, London, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993.

BALL, Stephen John. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, Luiz Heron da. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 121-137.

BALL, Stephen John. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo Sem Fronteiras**, [s. l], v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021

BETTI, Mauro *et al.* Fundamentos filosóficos e antropológicos da teoria do se-movimentar e a formação de sujeitos emancipados, autônomos e críticos: o exemplo do currículo de Educação Física do Estado de São Paulo. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 1631-1653, 2014. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.46732>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/46732/32495>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BOLZAN, Erica; SANTOS, Wagner dos. Propostas didático-pedagógicas e suas projeções para o ensino da educação física. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 43-57, 20 abr. 2015. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/reveducfis.v26i1.22741>. Disponível em: [https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-30832015000100043](https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-30832015000100043). Acesso em: 28 mar. 2021.

BOSCATTO, Juliano Daniel; DARIDO, Suraya Cristina. Currículo e Educação Física Escolar: análise do estado da arte em periódicos nacionais. **Journal Of Physical Education**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 01-16, 2017. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/jphyseduc.v28i1.2855>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpe/a/KpynmtJFfwG4gGhsZzBN9Bh/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 96 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

CAGLIARI, Mayara de Sena; RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. Análise da produção acadêmica no campo da Educação Física acerca do currículo do estado de São Paulo e suas implicações para a prática pedagógica. **Motrivivência**, [S.L.], v. 29, n. 52, p. 262-79, 28 set. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n52p262>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p262/35044>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CARVALHO, Lucas de Andrade; SILVA, Cinthia Lopes da. O Currículo do Estado de São Paulo – Educação Física: considerações sobre a cultura corporal de movimento e o lazer. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 14-29, 30 set. 2015. Universidade Católica de Brasília. <http://dx.doi.org/10.18511/0103-1716/rbcm.v23.n3>, p14-29. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5576/3991>. Acesso em: 28 mar. 2021.

DINIZ, Irla Karla dos Santos; DARIDO, Suraya Cristina. Blog educacional e o ensino das danças folclóricas nas aulas de Educação Física: aproximações a partir do currículo do Estado de São Paulo. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 701, 9 jun. 2015. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.53073>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/53073>. Acesso em: 28 mar. 2021.

DINIZ, Irla Karla dos Santos; DARIDO, Suraya Cristina. Análise do conteúdo dança nas Propostas Curriculares Estaduais de Educação Física do Brasil. **Revista da Educação Física/UEM**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 353, 12 ago. 2015. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/reveducfis.v26i3.25385>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/refuem/a/vzPgXZmPvs9MZXLQFztQkCP/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

LIMA, Letícia Bartholomeu de Queiroz *et al.* A ginástica artística na proposta curricular para a Educação Física em São Paulo. **Pensar A Prática**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 395-406, 30 jun. 2015. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v18i2.32162>. Disponível em: [https://pdfs.semanticscholar.org/a565/2dcb4e73168a9b3a56aa14f6e3b86048f85f.pdf?\\_ga=2.45477031.2028796463.1650735200-571799486.1626846090](https://pdfs.semanticscholar.org/a565/2dcb4e73168a9b3a56aa14f6e3b86048f85f.pdf?_ga=2.45477031.2028796463.1650735200-571799486.1626846090). Acesso em: 28 mar. 2021.

LOPES, Alice Casimiro. Política de currículo: Recontextualização e hibridismo. **Currículo Sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 50-64, 2005. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, [S.L.], v. 21, n. 45, p. 445-466, 2015. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/lc.v21i45.4581>. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4581/4179>. Acesso em: 01 mar. 2021.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Yuri Marcio Silva; TAVARES, Otávio; SANTOS, Wagner. O material de apoio curricular para a Educação Física do Estado de São Paulo segundo as tipologias dos conteúdos. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 813-826, 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.62988>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/62988/43867>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MALDONADO, Daniel Teixeira *et al.* As dimensões atitudinais e conceituais dos conteúdos na Educação Física Escolar. **Pensar A Prática**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 546-559, 2014. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v17i2.23825>. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a73c/9c424aada0685a5a9e5bf1fe92b557881bbb.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MALDONADO, Daniel Teixeira; SILVA, Sheila Aparecida Pereira dos Santos. Fundamentação Teórica da Educação Física em Propostas Curriculares da Escola Pública de São Paulo: uma análise das abordagens

pedagógicas. **Educação em Revista**, [S.L.], v. 34, p. 1-20, 2018. FAPUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698203577>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/VwXn7dN9T39kTnhwySFMhZG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MILANI, Amanda Gabriele; DARIDO, Suraya Cristina. Os Conteúdos Atitudinais no Currículo de Educação Física do Estado de São Paulo. **Pensar A Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 448-461, abr./jun. 2016. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v19i2.33201>. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/09/912980/33201-176570-2-pb.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

NEIRA, Marcos Garcia; GRAMORELLI, Lilian Cristina. Embates em torno do conceito de Cultura Corporal: gênese e transformações. **Pensar A Prática**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 321-332, abr./jun. 2017. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/rpp.v20i2.38103>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fe/article/view/38103/pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação Física, Currículo e Cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, [S.L.], v. 14, n. 41, p. 17-36, 2014. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. <http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds01>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2269>. Acesso em: 06 jun. 2022.

ROCHA, Mayara Alves Brito da *et al.* As teorias curriculares nas produções acerca da educação física escolar: uma revisão sistemática. **Currículo Sem Fronteiras**, [s. l], v. 15, n. 1, p. 178-194, 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/rocha-tenorio-junior-neira.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SALOMÃO, Raphael Felix; ALVES, Fernando Donizete. A Proposta Curricular do Estado de São Paulo: a perspectiva de professores de Educação Física. **Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 28, n. 57, p. 111-130, 2018. Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista – UNESP. <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106>. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/8410/8572>. Acesso em: 28 mar. 2021.

SÃO PAULO. Maria Inês Fini. Secretaria da Educação (org.). **Currículo do Estado de São Paulo: linguagens, códigos e suas tecnologias**. São Paulo: SEE, 2010. Disponível em: [http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/36/arquivos/curriculos/reduzido\\_Curr%C3%ADculo\\_LCT\\_Final\\_230810.pdf](http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/36/arquivos/curriculos/reduzido_Curr%C3%ADculo_LCT_Final_230810.pdf). Acesso em: 15 mar. 2021

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**. SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, v.1, 2019. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2019/09/curriculo-paulista-26-07.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOARES, Carmen Lúcia *et al.* **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SPOLAOR, Gabriel da Costa; DAOLIO, Jocimar. A compreensão dos professores de Educação Física sobre o Currículo do Estado de São Paulo: um olhar a partir das etapas da carreira docente. **Conexões**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 87-103, 2016. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/conex.v14i1.8644768>. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/5648/c392c596fd6055ecb5bef1c290dda749aa8e.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021

TAVARES, Natacha da Silva; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz; MOLINA NETO, Vicente. A Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental, suas formas e seus lugares no Currículo Escolar: um estudo de revisão. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 275-290, 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.62986>. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/62986/47810>. Acesso em: 28 mar. 2021.

## NOTAS DE AUTOR

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Transgressão: grupo de estudos, pesquisas e práticas de Educação Física escolar.

**CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA** - não se aplica

**FINANCIAMENTO**- Não se aplica.

**CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM** - Não se aplica

**APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA** - Não se aplica.

**CONFLITO DE INTERESSES** - Não há conflito de interesses de qualquer natureza.

### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

## **EDITOR DE SEÇÃO**

Leticia de Assis

## **REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS**

Juliana Rosario, Maria Vitória Duarte

## **HISTÓRICO**

Recebido em: 23 de abril de 2022

Aprovado em: 04 de outubro de 2022